



Interpelação Escrita

Com vista a enfrentar o impacto causado pela epidemia e a aumentar a confiança da sociedade, desde o início, o Governo da RAEM implementou medidas de apoio, apoio esse dividido por duas fases, no sentido de reduzir os encargos das empresas e dos residentes, e de alcançar o objectivo de “salvaguardar os postos de trabalho, estabilizar a economia e cuidar da vida da população”. De entre as medidas, o cartão electrónico de consumo, que começou a ser utilizado no dia 1 Maio, é aquela a que a sociedade está mais atenta. Na primeira fase, os residentes dispõem de 3000 patacas para serem utilizadas.

O Governo espera que o cartão electrónico de consumo possa incentivar o consumo por parte da população em geral, ajudando as empresas locais a manter o seu funcionamento e impulsionando a economia em geral. Segundo alguns residentes, o cartão de consumo ajuda a aliviar a pressão de vida, mas, desde o início da sua utilização, o preço dos produtos tem vindo a aumentar e têm receio de que os preços não vão voltar a diminuir no futuro, acarretando um aumento dos encargos dos residentes. Ao mesmo tempo, os residentes encontraram alguns casos de inflacionamento ou aumento desordenado dos preços, por isso esperam que o Governo reforce a fiscalização. Mais, em 3 dias de entrada em funcionamento do cartão, já se registaram 64 casos de extravio. Embora o Governo tenha manifestado a possibilidade de o reclamar, caso alguém o entregue, há dificuldades na apresentação de provas, por isso



os residentes esperam que o Governo, consoante a situação, disponibilize, um regime de emissão de 2.^a via do cartão, aquando do lançamento da segunda fase.

Mais, segundo alguns lojistas, devido ao impacto da epidemia, algumas empresas já se transformaram em lojas de venda *on-line*. Além disso, com a entrada em funcionamento do cartão de consumidor, foram lançados vários benefícios, com isso esperando atrair os residentes a consumirem mais. Ademais, face à situação epidémica, a vontade de consumo dos residentes é relativamente baixa, e os cartões de consumo são usados principalmente para produtos de uso diário, comidas e bebidas, por isso os lojistas ainda estão à espera dos resultados estatísticos dos outros sectores.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Desde o lançamento do cartão de consumo até à data, muitos residentes e lojistas afirmaram que se registaram alguns casos de inflacionamento ou de aumento desordenado dos preços. Aquando da segunda fase de lançamento desse cartão, o Governo deve adoptar medidas viáveis de acordo com as experiências adquiridas na primeira fase, com vista a prevenir o aumento dos preços dos produtos. Por exemplo, será possível legislar, através de um regulamento administrativo, para se poder cancelar o direito de receber montantes através do cartão de consumo no que respeita às lojas que na primeira fase aumentaram desordenadamente os



preços?

2. A situação epidémica levou com que muitas lojas optassem por transformar-se em lojas *on-line*, bem como foram criados benefícios para as pessoas que utilizam o cartão de consumo. Para estas lojas que alteraram o seu modelo de negócio, o Governo vai lançar medidas para lhes reforçar o apoio? Tendo em conta as experiências adquiridas aquando da implementação da primeira fase de utilização dos cartões de consumo, o Governo deve criar mais medidas para que os cartões de consumo possam abranger mais sectores e, com isso, beneficiar mais as pequenas e médias empresas. Vai fazer isto?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Si Ka Lon

7 de Maio de 2020